

La explicación de Marx de la crisis económica en su "Crítica de la economía política"**Marx's explanation of the economic crisis in his "critique of political economy"****A explicação de Marx sobre a crise econômica em sua "crítica da economia política"**

Christian Iber, <https://orcid.org/0009-0008-9252-5790>

Universität Freiburg; Docente livre e Pesquisador Freie Universität Berlin, Alemanha

*Autor para correspondencia: iber_bergstedt@yahoo.de

RESUMEN

El presente artículo esclarece la explicación que Marx da a la crisis económica en el capitalismo, procediendo en dos etapas. Primeramente se discute la explicación de Marx sobre la crisis de la economía real en el tercer volumen de El Capital, dando una mirada a la conexión entre crisis financiera y la crisis real. La segunda parte examina explicaciones alternativas de la crisis y su déficit. Una bibliografía sobre el tema de la crisis en Marx puede ser encontrada al final de este ensayo.

Palabras clave: Crisis economía real, explicaciones en Marx, economía burguesa, economía marxista

ABSTRACT

This article clarifies Marx's explanation of the economic crises in capitalism in two stages. Firstly, Marx's explanation of the crisis of the real economy in the third volume of TheCapital is discussed, taking a look at the connection between the financial crisis and the crisis of the real economy. The second part examines alternative explanations of the crisis and its deficit. A bibliography on the theme of crisis in Marx can be found at the end of the essay.

Keywords: Crisis of the real economy, its explanations in Marx, in bourgeois economics and in Marxist economics

RESUMO

O presente artigo esclarece a explicação que Marx dá às crises econômicas no capitalismo, procedendo-o em duas etapas. Primeiramente, discute-se a explicação de Marx sobre a crise da economia real no terceiro volume de O Capital, dando uma olhada na conexão entre a crise financeira e a crise da economia real. A segunda parte examina explicações alternativas da crise e seu déficit. Uma bibliografia sobre o tema da crise em Marx pode ser encontrada no final do ensaio.

Palavras-chave: Crise da economia real, suas explicações em Marx, na economia burguês e na economia marxista

Recibido: 19/10/2025 Aprobado: 14/12/2025

INTRODUÇÃO**I. A crise da economia real**

O assunto abre-se para as seguintes questões:

1. Por que a crise do capital financeiro espalha-se para a economia real?

A crise bancária anuncia a crise da indústria e paralisa seu crescimento. Isso mostra o papel do capital financeiro no capitalismo.

2. Qual é o conceito de crise do capital? Há muito capital para seu posterior aumento bem sucedido: superprodução de capital.

3. Como o capital lida com sua crise? Desvalorização do capital.

4. O capital transforma sua crise de crescimento em uma crise existencial do povo trabalhador.

A crise da economia real traz à luz o princípio do modo de produção capitalista. Esta é a tese que será explicada a seguir.

Em primeiro lugar, cabe fazer quatro observações preliminares. Observação preliminar (1): Este artigo não é sobre a crise do capital financeiro, mas sobre a crise da economia real, ou seja, a crise da parte da economia que está envolvida na produção de bens e no fornecimento de serviços. (Iber, 2022). Crise da economia real significa o crescimento da economia não está mais progredindo, na verdade, a economia está encolhendo.

Observação preliminar (2): A culpa pela crise está sendo procurada e nomeada. Hoje, são, principalmente, os banqueiros com sua ganância por mais dinheiro, no passado, foram sobretudo, os sindicatos com suas altas exigências salariais que foram citados. O lema é: se todos em seu lugar tivessem feito tudo certo, então, não haveria crise. A lógica dessa argumentação baseia-se na negação da necessidade da crise.

A informação é: Em princípio, não é devido ao sistema que a crise ocorre, mas a crise pode ser explicada pelo mau comportamento das pessoas singulares.

Outros afirmam a necessidade da crise, sem dar um fundamento/razão-Grund]-para essa necessidade. A crise é uma parte necessária do crescimento econômico, afirmam eles. O que é impressionante é que se todos, na economia, estão preocupados com o crescimento, por que isso não acontece? Há muitos meios de produção, mas eles estão ociosos, e há uma abundância de forças de trabalho que não são utilizadas.

O objetivo probatório do artigo é o seguinte: mostrar como o crescimento bem sucedido do capital produz sua crise. Que contradições implica o crescimento? O crescimento implica uma contradição, em primeiro lugar, com sua finalidade de crescimento e, em segundo lugar, com os produtores imediatos da crescente riqueza. Finalmente, em terceiro lugar, existe uma contradição entre a produção do lucro e sua realização no mercado. A visão que está sendo defendida aqui é: o capitalismo não deve ser criticado pela crise, mas, inversamente, a crise deve ser explicada a partir dos métodos contábeis do capitalismo. O ponto de vista a ser criticado afirma que é somente com a crise que o capitalismo torna-se devidamente digno de crítica.

A crise torna-se um índice do não-funcionamento do capitalismo. Contra isso, é preciso dizer: o capitalismo deve ser criticado em todas as fases, e não apenas na fase de sua crise. Mas a crise traz à tona as oposições e as contradições desse modo de produção, que também estão na base do funcionamento normal do capitalismo. As citações do 15º capítulo de Marx do 3º volume de O Capital, mencionadas na sequência, referem-se à sua explicação da crise econômica em sua Crítica da Economia Política. O que se pode aprender com Marx sobre a crise econômica? Vale a pena estudar o livro de Marx sobre o capital com mais detalhes.

Essa averiguação pode ser deduzida: Enquanto o capital financeiro acumula-se com sucesso, é uma verdadeira riqueza, ou seja, a riqueza monetária. Com esse dinheiro crescente do capital financeiro, a atividade econômica pode ser realizada. O capitalismo é explicitamente sobre o crescimento da riqueza monetária. Essa riqueza monetária não é de forma alguma irreal, mas muito real.

Por outro lado, pode-se dizer que a economia real não é apenas real. Tratar de economia real finge que se trata apenas da produção de bens de consumo. Na realidade, essa expressão é um eufemismo. Ela esconde a subordinação objetiva da produção do valor de uso ao valor de troca. A produção das mercadorias ocorre apenas como um meio de aumentar o dinheiro. As empresas altamente elogiadas da economia real, como os banqueiros, só se preocupam com a multiplicação do dinheiro (D-D'). Ambos os departamentos da economia concordam com isso.

Observação preliminar (4): Como a economia real também é sobre a produção de bens, a crise aqui, igualmente, parece um pouco diferente da crise do capital financeiro. Na crise da economia real, a contradição fundamental da mercadoria capitalista entre o valor de uso e o valor de troca é discutida.

O artigo trata dos seguintes pontos:

1. O capital financeiro é o meio e o executor da superacumulação da economia real. Seu desempenho para a acumulação do capital produtivo mostra seu poder.
2. A crise é, conforme seu próprio conceito, a sobre-acumulação de capital na economia real. A questão é: o que significa excesso de acumulação e como ela se dá?
3. A solução da crise dá-se por meio da destruição do capital em todas as suas formas e da intensificação da exploração e do empobrecimento da classe trabalhadora.

1. Por que a crise financeira está se espalhando para a economia real?

O capital financeiro teve seu colapso. Sempre foi dito: a crise pode ser limitada ao setor financeiro. Mas, afinal de contas, a economia real também estava na crise. O diagnóstico "crise" significa que algo está faltando na economia? Não, de tudo não há menos do que houve recentemente. Mercadorias, meios de produção e forças de trabalho ainda são abundantes. Mas há menos de uma coisa, há menos dívida, ou seja, há menos crédito. Normalmente, isso é bom se alguém tem menos dívidas. Para a economia capitalista, vale o contrário: Se há muito pouco endividamento, então, há demais de tudo outro. Os bancos retêm os empréstimos às empresas. A crise do capital financeiro, ou seja, a destruição da dívida, não está, portanto, limitada ao capital financeiro.

A dívida é, de fato, um meio do crescimento para a economia real.

As dívidas, ou seja, o crédito, são a alavanca do crescimento econômico. Em que medida essa proposição é verdadeira?

Existem duas formas do crédito como alavanca da economia real: (1) o crédito comercial (o descoberto das empresas no banco) serve para garantir que a empresa não tenha que esperar até que tenha vendido seus bens produzidos no mercado e, portanto, tenha dinheiro novamente para colocar na produção.

O crédito comercial serve à continuidade e à aceleração da rotação do capital. Ele garante que o capital esteja novamente disponível em forma monetária antes que as mercadorias produzidas tenham sido vendidas no mercado.

(2) A segunda forma do crédito é o crédito bancário. Essa forma do crédito serve ao crescimento do capital a fim de produzir em maior escala, ou seja, para racionalizar. Com essa forma do crédito, o processo de produção torna-se mais produtivo. Em ambas as formas, o crédito é o meio decisivo de competição para as empresas. Como uma empresa aumenta o seu lucro? Os empreendedores aumentam seus lucros em uma luta competitiva uns contra os outros. O meio para fazer isso é aumentar a produtividade do trabalho em suas empresas. No capitalismo, o aumento da produtividade leva a contradições. Marx manifesta-se sobre isso:

A contradição, em geral, consiste no fato de que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, além do valor e da mais-valia nele incluída, também além das relações sociais dentro das quais ocorre a produção capitalista-isto é, o desenvolvimento das forças produtivas não tomam nenhuma medida no fato que com ele a fonte da mais-valia, bem como as condições de sua realização são minadas: enquanto, por outro lado, ele-o modo de produção capitalista- implica a preservação do valor do capital existente e sua valorização ao mais alto grau-quer dizer, sempre aumento acelerado desse valor-. Seu caráter específico é direcionado para o valor do capital existente como um meio para a maior valorização possível desse valor.

Os métodos pelos quais se consegue isso incluem: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho em detrimento das forças produtivas já produzidas (Marx/Engels/Werke (MEW, 1983, 25, p. 259).

Os meios do desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais entram em conflito contínuo com a finalidade limitada, a valorização do capital existente. (MEW, 25, p. 260.).

As empresas estão preocupadas com o desenvolvimento incondicional ou absoluto das forças produtivas a fim de aumentar os lucros. O que significa incondicional ou absoluto? A empresa está preocupada com a aplicação de máquinas mais produtivas para melhorar a estrutura de custos, quer dizer, para reduzir os custos unitários, o que leva a um aumento do lucro. Isso requer muito capital adiantado para realizar a racionalização, o que poupa trabalho e, precisamente, não trabalho em geral, mas trabalho pago. A questão principal é a redução dos custos laborais unitários.

A redução dos custos laborais unitários é o objetivo da racionalização. É necessário um maior adiantamento de capital para economizar trabalho assalariado. Assim, a empresa dispõe sobre um meio de oferecer suas mercadorias a um preço mais baixo no mercado. O primeiro usuário do melhor maquinário tem um lucro extra. Para os outros, isso funciona como uma picada para introduzir, por sua vez, melhor maquinaria. É assim que a concorrência por lucros extras é conduzida no mercado.

O crédito é o meio decisivo para a aplicação de máquinas mais produtivas. A racionalização é uma redução de custos dispendiosa. Ao reduzir os custos unitários, o que é feito por meio de uma racionalização dispendiosa, o lucro aumenta.

Cabe explicar, primeiro, a expressão "desenvolvimento incondicional das forças produtivas". Agora, esse crescimento tem um apanhado decisivo. Marx trata de contradição: a contradição existe em três formas: Os meios do crescimento do capital, o desenvolvimento da produtividade do trabalho, contêm uma contradição com a finalidade do crescimento, o aumento do lucro.

O capitalista individual que racionaliza primeiro realmente lucra mais com a racionalização. Se os outros capitalistas seguirem o exemplo e racionalizarem suas empresas, o lucro extra do capitalista individual desaparece. Todos devem agora avançar mais capital para o mesmo lucro. Com o nivelamento do lucro extra, a taxa de lucro cai. A queda da taxa de lucro impõe-se, assim, na concorrência dos capitalistas no mercado para o lucro extra.

As empresas esforçam-se para mudar para outras esferas em que os lucros são ainda maiores. Com essa mudança, a contradição é generalizada. Para essa mudança de esferas, o crédito é novamente uma alavanca decisiva. A queda da taxa de lucro em um setor é transferida para outros por meio da mudança de esfera. Dessa forma, a queda da taxa de lucro é generalizada.

Pode-se resumir: A taxa de lucro é a relação entre o lucro e o total do adiantamento de capital. O aumento do adiantamento é a alavanca para aumentar o lucro excedente. Para o primeiro concorrente, a aplicação da maquinaria mais produtiva tem o efeito de reduzir os custos laborais unitários e, com isso, aumentar os lucros. Mas assim que as outras empresas, por sua vez, racionalizam e tornam suas operações mais lucrativas, todas elas têm agora que avançar mais capital para o mesmo lucro. O meio de aumentar o lucro, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, está em contradição com a finalidade da exploração, o aumento do lucro, pois o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho está ligado a uma diminuição da taxa de lucro. "A queda da taxa de lucro e o acúmulo acelerado são apenas expressões diferentes de um mesmo processo, na medida em que ambos expressam o desenvolvimento do poder produtivo" (MEW, 1983, 25, p. 251.).

Ambos os momentos da produção capitalista condicionam e causam um ao outro; a concentração e a centralização do capital aumentam; ao mesmo tempo, o grau de valorização do capital diminui. Esse desenvolvimento contraditório do processo de produção capitalista "promove a superprodução, a especulação, as crises, o capital excedente ao lado do excesso de população" (MEW, 1983, 25, 252). Essas são as manifestações necessárias do fato de que o modo de produção capitalista atinge suas próprias barreiras.

A contradição do crescimento do capital existe em uma segunda forma. Também se pode apreender a contradição dessa forma: O capital em crescimento opõe-se aos trabalhadores, aos produtores imediatos. Os salários são apenas um componente do adiantamento de capital. Eles aparecem juntos como custos com os outros custos de máquinas e matérias-primas. Marx denomina os custos de máquinas e matérias-primas de capital constante. O que é pago em salários não é medido pelas necessidades e carecimentos dos trabalhadores, mas resulta do cálculo dos lucros. Marx denomina os salários dos trabalhadores de capital variável, portanto, como componente do capital. Essa é a segunda versão da contradição contida no crescimento do capital. O crescimento do capital é uma única contradição com as necessidades da vida dos trabalhadores.

Em geral, vale o seguinte: o capital produz constantemente sua própria barreira, demasiado capital para a finalidade de seu ulterior aumento bem-sucedido, uma barreira que o capital, então, supera por meio da crise, ou seja, por intermédio da desvalorização do capital. A crise é o melhor meio, a melhor causa contra-atacante da queda da taxa de lucro. Não é assim que o capital primeiro cresça e, depois, encontre uma barreira, mas a contradição está contida no próprio crescimento do capital.

A terceira forma da contradição é a oposição da produção do lucro e sua realização no mercado. Marx assinala: "As condições de exploração imediata e as de sua realização não são idênticas" (MEW 25, p. 254).

O desenvolvimento das forças produtivas na produção é uma especulação de que a empresa pode vender um quantum maior de mercadorias no mercado com lucro. O outro lado disso é: com as mesmas medidas com as quais o capital quer aumentar o lucro na produção, ele limita a capacidade de pagar no mercado, isto é, em primeiro lugar, o resultado dos salários que o capital paga e, em segundo lugar, da demanda que os empresários criam entre si.

Os sindicatos apontam: o poder de compra é muito baixo. Se o poder de compra fosse aumentado, não haveria necessidade de uma crise. Mas o fato de que os trabalhadores só podem comprar uma parte do que produzem com seus salários é o princípio construtivo dessa economia capitalista. A solvência limitada das pessoas no mercado é, portanto, criada pelo próprio capital.

Resumo: O crédito é uma poderosa alavanca da acumulação do capital. A crise do crédito leva a uma falta de meios do crescimento. De repente, torna-se evidente: há muito dinheiro, muito capital, muitos meios de produção, muita força de trabalho, muito de tudo etc. Assim, o capital financeiro é o meio e o executor da superacumulação do capital na economia real. Nesse fato, é a base de seu poder social, que é sentido pelos empresários. Na crise, os bancos chegam à decisão: deve-se jogar novo dinheiro bom, depois do dinheiro ruim, que não se multiplica mais? Eles dizem que não, nós não faremos isso.

2. Qual é o conceito de crise do capital?

A crise do capital consiste no fato de que há capital demais para seu posterior aumento bem-sucedido: superprodução de capital, em sentido absoluto. A superprodução absoluta de capital não diz respeito apenas a capitais individuais ou ramos individuais de produção, mas ao capital social total. Ela consiste na inadequação de capital adicional para sua valorização.

Há muito capital em todas as suas formas. Há muito de todos os meios materiais de produção e há muita força de trabalho. O excesso não é uma questão teórica, mas uma questão prática. Os capitalistas fazem um fato social do excesso. É o ato prático dos capitalistas: o encerramento da produção e a imobilização do capital.

No capitalismo, não há muito pouca riqueza, mas muita riqueza. Essa é a crise do capitalismo. Este é um fato absurdo. A sociedade não sofre de uma falta causada pela guerra ou por uma má colheita, por exemplo. A sociedade sofre com o fato de que o crescimento da riqueza tem sido grande demais, e grande demais para

o seu aumento. Isso é realmente um absurdo. O segundo absurdo é que a demasiada riqueza não significa que muita riqueza seja produzida para as necessidades das pessoas. Medido em função das necessidades, ainda pode haver muito a produzir ou a abster-se de produzir. No capitalismo, a questão do que é produzido é uma questão das necessidades de solventes com as quais o lucro pode ser obtido. Medido nesse fato, há demasiados bens na crise para poder vendê-los com lucro.

No socialismo real, na União Soviética, na RDA etc., era o caso de que as pessoas tinham dinheiro, mas, depois, ainda tinham que fazer fila para certos bens. A crítica foi que se tratava de uma reclamação social produzida pelo sistema e a exigência foi feita de que o sistema deveria ser abolido. No capitalismo, há uma coexistência de bens invendáveis e necessidades não satisfeitas. Aqui, porém, ninguém diz: o sistema é absurdo, o sistema tem que ir, mas o sistema tem que ser tornado funcional novamente pelo Estado, porque foi afetado por erros de gestão de pessoas singulares.

Há uma terceira forma de excesso na crise. Marx declara:

Há "uma abundância de capital com uma população abundante" (MEW, 1983, 25, p. 361).

A averiguação de que a crise é uma parte natural do crescimento, como é expresso com frequência, está errada. A crise é antes uma expressão do fato de que há muitas pessoas que não conseguem encontrar trabalho porque não podem ser usadas de forma lucrativa. Os meios de produção e as forças de trabalho não se unem porque não se pode lucrar com eles. Isso nega a renda de pessoas que dependem do trabalho assalariado. O excesso de capital produz a miséria do povo. A crise do capital é o autobloqueio do crescimento capitalista. Pergunte-se novamente: O que significa o fato de ter sido produzido um excesso de capital na crise? A lógica peculiar da escassez no capitalismo, da miséria, é que ela tem seu ponto de partida em uma demasiada riqueza.

3. Como o capital lida com sua crise?

O capital administra sua crise na competição da crise, a qual é sobre a destruição do capital, a acentuação da exploração e o empobrecimento da classe trabalhadora.

A crise financeira significa que os empresários estão enfrentando uma crise de crédito. Com a destruição do capital de empréstimo, o poder creditício dos bancos sobre a economia real está diminuindo. A crise financeira, o excesso de capital no setor financeiro, revela que há muito capital no setor produtivo. A contradição do capital produtivo torna-se evidente, ou seja, a contradição de que os métodos de aumentar o lucro simultaneamente reduzem-no. Quando o crédito falha, a forma oposta de riqueza torna-se aparente, ou seja, que o capital está super-acumulado. Muito tem sido produzido para um novo aumento de capital bem sucedido.

Mas antes de tudo, a alegação de que o crédito esgota-se no setor financeiro e, depois, revela-se ser capital produtivo demais não parece plausível. Como um crédito excessivo pode revelar um capital produtivo excessivo? Porque ambos movem-se em esferas diferentes. O que pode ser dito contra a objeção? A resposta à objeção é: tanto a produção quanto o consumo baseiam-se no crédito. Se o crédito falhar, a especulação das empresas em um mercado ampliado para uma quantidade maior de mercadorias não funciona mais.

O cálculo lucrativo não mais bate certo. A partir disso, os capitais produtivos tiram a conclusão: eles devem fechar certos departamentos e demitir trabalhadores assalariados. Isso conduz à crise do capital produtivo.

Os trabalhadores restantes, quer dizer, os trabalhadores que não foram demitidos, podem esperar uma intensificação da exploração: trabalho em horário reduzido, mais trabalho por menos remuneração.

Portanto, há um ataque contra os salários e a saúde dos assalariados. Tudo isso é feito para restaurar a equação de produtividade e rentabilidade do capital, o que se revelou uma desigualdade.

O argumento para a conexão entre a crise financeira e a crise da economia real é assim: a crise do crédito antecipa a superacumulação do capital produtivo. Se, com o capital de crédito, seu acúmulo for levado ao excesso de acumulação, produzindo indiferentemente contra as barreiras do mercado, a ausência de crédito mostra que a acumulação do capital sempre implica excesso de acumulação, na medida em que o capital atinge as barreiras do mercado.

4. O capital transforma sua crise de crescimento em uma crise existencial do povo trabalhador

As empresas tornam sua crise de crescimento uma crise existencial para os trabalhadores. O capital transforma sua crise em uma crise do pequeno povo. Muito capital foi acumulado para ser investido de forma lucrativa novamente. O capital transforma a crise do capital na crise existencial do povo, a crise existencial das classes trabalhadoras. Demasiada riqueza capitalista produz miséria e pobreza entre o povo.

A crise, então, também mostra: sob o capitalismo, a miséria e a miséria das massas são produzidas por necessidade do sistema. A fim de superar a crise, o Estado impõe a crise de capital à população trabalhadora. A lógica da competição da crise visa ao empobrecimento das massas como um meio de sair da crise. As medidas de gestão da crise contribuem em parte para o agravamento da crise, ao poupar nos salários das pessoas, a

solvência das massas é reduzida. Segundo Marx, a pobreza das massas é a causa última da crise, que é ao mesmo tempo agravada pela crise. Assim, as empresas produzem a espiral descendente da economia com sua concorrência na crise.

A causa última de todas as crises reais permanece sempre a pobreza e a limitação do consumo das massas frente ao impulso da produção capitalista para desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade de consumo absoluto da sociedade constituísse seu limite (MEW, 1983, 25, p.501).

A crise é uma contradição do crescimento do capital para si mesmo. Essa contradição aparece em outra forma como uma maneira limitada da capacidade de pagamento das massas. Mais uma vez: a contradição da queda da taxa de lucro também pode ser expressa dessa forma: a medida da riqueza no capitalismo é o tempo de trabalho.

A riqueza não é medida pelas necessidades dos trabalhadores e pela facilidade com que ela é produzida, mas pelo tempo de trabalho. O aumento do poder produtivo do trabalho tende a tornar a riqueza independente do tempo de trabalho. Por outro lado, é, no entanto, medido pelo tempo de trabalho. Isso é uma contradição. O capital aumenta a riqueza de valor ao reduzir sua base, o trabalho vivo, ao mesmo tempo.

A ideologia comum da crise oferece um quadro pouco mundano para a explicação da crise: as empresas, afirma-se, criam bens e dão às pessoas o dinheiro para comprá-los. Com essa imagem, torna-se incompreensível porque os bens tornam-se invendáveis. O lucro também se torna incompreensível com essa imagem.

A exploração significa que as pessoas produzem mais riqueza monetária do que recebem em salários. A crise demonstra que os trabalhadores são progressivamente excluídos da crescente riqueza que enfrentam e não têm meios de corrigir essa exclusão por causa de sua limitada capacidade de pagamento.

O aumento das despesas de capital tem dois aspectos distintos: o capitalista trata o adiantamento de capital como a fonte de seu lucro. Com o aumento do adiantamento de capital, a relação de capital constante e variável aumenta, assim o capital variável é reduzido em relação à constante. Se o capital variável investido em força de trabalho viva diminuir, então a fonte do lucro diminuir e, com isso, o próprio lucro.

Com o aumento da produtividade do trabalho, cada vez menos deveria ser trabalhado. No capitalismo, o aumento da produtividade do trabalho serve para tornar o trabalho mais eficaz para a produção da mais-valia. No capitalismo, a economia do trabalho apresenta-se de duas formas: primeiro, como o despedimento de trabalhadores que não são mais necessários, que não podem mais trabalhar para que seus custos salariais para a empresa possam ser eliminados; segundo, aqueles que permanecem empregados trabalham cada vez mais intensamente. A ociosidade forçada, o desemprego de uns anda de mãos dadas com a intensificação do trabalho de outros.

A competição de crise dos empresários consiste no fato de que, nela, o capital é desvalorizado. Os capitalistas destroem-se mutuamente. Na competição da crise, torna-se claro que a pauperização dos trabalhadores é a panaceia para superar a crise. Com sua concorrência na crise, os empresários produzem a espiral descendente que afeta cada vez mais todos os setores. A espiral descendente continua até que capital suficiente seja destruído, os salários sejam reduzidos o suficiente, o desempenho dos trabalhadores seja aumentado o suficiente etc., até que valha a pena investir capital novamente.

A ascensão é um produto da lógica da concorrência da crise. Assim sendo, todo o ciclo absurdo recomeça, inicialmente, em um nível reduzido, até que ocorra a próxima superacumulação e crise, desde que a variável dependente, a força de trabalho, participe desse ciclo, ou seja, aguente com sua exploração. Essa seria a conclusão a ser tirada. Os trabalhadores são a única classe na sociedade que têm os meios para pôr fim ao ciclo econômico de ascensão e crise renovada do capital.

Analise-se analisar novamente a conexão entre a economia real e o setor financeiro. A economia real não apenas tem o mesmo objetivo que o setor financeiro, ou seja, fazer mais dinheiro com ativos monetários avançados, mas também se baseia no sucesso do setor financeiro, o poder da propriedade alheia sobre as fontes de riqueza. A crise na esfera bancária antecipa a superacumulação na economia real.

O capital na economia real instrumentaliza os meios materiais e pessoais de produção, os meios de produção e a força de trabalho para seu crescimento e sacrifica essas fontes de riqueza quando elas não são mais úteis para o crescimento de sua riqueza. Desse modo, não apenas a desvalorização do capital no setor bancário, mas a destruição do capital na economia real está na ordem do dia.

Conclusão: A relação entre o trabalho não remunerado apropriado e o trabalho já objetivado, ou seja, a relação do lucro com o capital total ($l/c + v = \text{lucro/capital constante} + \text{variável}$), quer dizer, a taxa de lucro decide sobre a expansão ou a restrição da produção.

Ela-a produção- chega a uma paralisação, não onde a satisfação das necessidades, mas onde a produção e a realização do lucro comandam essa paralisação (MEW, 1983, 25, p. 269).

Metodologia

Este artigo está escrito em forma de ensaio onde a pesquisa se confunde com a reflexão. O ponto de partida é a análise de textos sobre a crise em geral e o que foi analisado sobre o tema em O Capital de Karl Marx. É uma investigação descritiva da crise em geral e da crise financeira em particular, mas contextualizada nos dias atuais. A dialética materialista é a lógica seguida em conjunto com a analítico-sintética que permitiu estabelecer uma síntese dos textos e autores que trataram do tema das crises. O indutivo-dedutivo passou do geral ao particular, da crise real à crise financeira e como Marx apresentou seus argumentos. A hermenêutica facilitou o debate e o trabalho com os pontos de vista de autores como Elmar Altvater, Jorge Grespan, sobre a crise e o sistema capitalista em geral.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Resume-se mais uma vez a explicação de Marx da crise: A causa ou o fundamento –Grund– geral da crise, segundo Marx, está no fato de que os capitalistas, num esforço para obter o máximo de lucro possível em sua concorrência uns contra os outros, produzem apenas para o mercado e ao mesmo tempo implacavelmente contra as barreiras do mercado. A consequência disso é que o desenvolvimento da produtividade que eles realizam em suas empresas entra em contradição com a finalidade que eles perseguem com ele: o aumento do capital existente. A crise é a superprodução de capital, a acumulação de demasiada riqueza, não em relação às necessidades sociais, mas em relação ao objetivo de seu posterior aumento.

A crise do capital revela o grau em que o capital criou abundância, abundância de títulos para valorizar e instruções para a riqueza futura, e abundância de todos os elementos materiais da riqueza – separados e em contraste com a população assalariada, que depende de serviços de garantia de lucro para o capital para sua reprodução individual.

Depois de passar pela explicação de Marx da crise, será dada uma olhada nas interpretações alternativas da crise e suas deficiências serão destrinchadas.

I. A economia burguesa

1. A explicação de Ricardo da queda da taxa de lucro: No contexto da discussão da queda tendencial da taxa de lucro, Marx critica a explicação de David Ricardo da queda da taxa de lucro (MEW, 1983, 25, p. 252.)

Como Ricardo identifica a taxa de lucro com a taxa de mais-valia, para ele, a causa da queda da taxa de lucro é o aumento dos salários, que, por sua vez, ele atribui ao declínio da produtividade na agricultura e ao aumento concomitante das rendas da terra.

Mas, em primeiro lugar, a suposição de um declínio na produtividade na agricultura é errada e, em segundo lugar, a distribuição do lucro em lucro do empresário, juros e rendas não pode afetar a queda da taxa média geral de lucro do capital total. Ricardo atribui, assim, a queda na taxa de lucro a uma falta de produtividade na agricultura que ainda precisa ser remediada.

Em sua teoria das rendas da terra, Marx comprova que a suposição de Ricardo para a explicação da renda diferencial é insustentável. Não há, de forma alguma, uma progressão necessária no cultivo de solos melhores para solos piores e, “assim, sempre diminuindo a fertilidade da agricultura com o aumento da população e o aumento da demanda por produtos agrícolas” (MEW, 1983, 25, p. 672)

A renda também pode aumentar à medida que o preço dos produtos da terra cai. A terra que já é cultivada pode tornar-se mais produtiva por meio de novas entradas de capital (Marx, 1983).

2. A explicação da crise a partir da “desproporcionalidade entre os diferentes ramos de produção é correta na medida em que, no capitalismo, a conexão entre os setores individuais de produção, bem como entre produção e consumo não é planejada, antes pelo contrário, essa conexão impõe-se aos agentes de produção como uma lei de funcionamento cego do mercado” (MEW, 1983, 25, p. 691). Isso significa: a desproporcionalidade é a norma, a proporcionalidade apenas surge, se, de todo, ex post na concorrência no mercado.

A explicação da crise a partir da desproporcionalidade é, entretanto, cega para sua causa/seu fundamento: a superprodução universal do capital na crise resulta do fato de que o capital, a fim de aumentar a massa de lucro, tira sua medida do que ele produz para o mercado com a maior produtividade possível e não das necessidades da sociedade.

3. A explicação popular da superprodução de capital na crise a partir do subconsumo dos países não-desenvolvidos esquece o fato de que nem todas as necessidades são satisfeitas nos países desenvolvidos. Essas teorias nem querem saber o fundamento/a causa –Grund– disso: a falta de capacidade de pagamento da população trabalhadora por causa da distribuição capitalista da riqueza. A exportação de mercadorias para o exterior ocorre, embora também haja necessidade delas em sua própria sociedade.

Quando os especialistas da crise, finalmente, exigem que o consumo seja estimulado, e que não são os trabalhadores assalariados que estão em vista, mas os próprios capitalistas com seu consumo de luxo, é-lhes atribuída uma finalidade que eles não têm: consumo em vez de valorização de capital.

Resumindo: Todas essas explicações comuns da crise negam sua necessidade, que tem seu fundamento na queda tendencial da taxa de lucro. As explicações da crise a partir das desproporções entre os ramos de produção, bem como do subconsumo, pressupõem sem explicação o que deve ser explicado, cometendo, assim, um círculo vicioso. Elas transformam a necessidade relativa e fundamentada da crise em uma necessidade absoluta.

II. Economia marxista

1. Muitos marxistas aceitam a produção de uma taxa média de lucro, mas não sua queda tendencial, que é o fundamento geral para a necessidade da crise. Uma variante disso é discutir a queda tendencial da taxa de lucro como uma teoria do colapso. Essa abordagem não desenvolve a tendência da queda da taxa de lucro a partir da lei do lucro médio. Em vez disso, ela é tomada separadamente e utilizada indevidamente como prova para uma outra coisa, ou seja, que a própria obtenção de lucro é, assim, posta em questão.

O clássico dessa interpretação da queda tendencial da taxa de lucro é o livro de Henryk Grossmann (1929). Essa interpretação negligencia o fato de que a queda da taxa média de lucro apenas ocorre na medida em que e desde que o lucro seja realizado. A queda da taxa de lucro é considerada erroneamente como um argumento contra o lucro.

2. Rosa Luxemburg (1913) defende a posição de que a acumulação de capital e seu expansionismo nos países desenvolvidos depende da inclusão de modos de produção não capitalistas. Sua teoria combina a teoria do subconsumo da crise com a teoria do colapso. Mas a opinião dela está errada. É verdade que a parte do valor da mercadoria social produzida pelo capital, que representa mais-valia, não pode ser transformada em dinheiro pelos trabalhadores assalariados. Mas isso não significa que ela apenas pode ser realizada por um poder de compra que não venha do circuito capitalista.

De acordo com Luxemburg, os modos de produção não capitalistas tornam-se um elemento necessário para a acumulação de capital. Assim que os modos de economia pré-capitalistas são dissolvidos e submetidos ao capitalismo, a condição histórica da existência do capital é finalmente esgotada: O valor excedente não pode mais ser transformado em dinheiro de forma alguma. O capitalismo perece.

Luxemburg negligencia o fato de que os capitalistas comprem o componente de mais-valia do valor da mercadoria uns dos outros. São os próprios capitalistas que têm o poder de compra em seu valor excedente para transformar o valor excedente de seus irmãos de classe em dinheiro.

Luxemburg chega, assim, à conclusão verdadeiramente absurda de que o capitalismo e o imperialismo são incompatíveis com o mercado mundial acabado e completo.

Resumo: Os teóricos do colapso invocam a consciência da crise e da catástrofe dos cidadãos em vez de submeter o capitalismo e suas crises a uma explicação e uma crítica. Eles transformam as crises causadas pelo próprio capital em um evento fatídico, ao qual as pessoas estão desamparadamente expostas. O modelo capitalista de progresso é transformado em um modelo histórico de declínio e queda.

3. Nos anos 50, o economista russo Nicolai D. Kondratieff (1970) e, depois dele, Ernest Mandel (1974) reviveram a teoria das ondas longas desenvolvida por Kautsky e Trotsky. Mandel tenta explicar as longas ondas por meio de uma interação de razões econômicas e extra-econômicas e pergunta se pode haver um aumento da taxa de lucro a longo prazo em face de sua queda. Deve-se estar concordando com Mandel, em primeiro lugar, que os fundamentos para a superacumulação estrutural do capital devem ser encontradas na acumulação acelerada e, em segundo lugar, que a queda econômica da taxa de lucro pode ser contrabalançada de forma extra-econômica. De fato, o aumento da taxa de lucro apenas pode ser explicado ou por uma desvalorização do capital na crise econômica ou pela destruição de capital extra-econômico (por exemplo, guerras).

Mas Mandel chega à conclusão de que a alternância das longas ondas tem razões extra-econômicas, entre as quais ele conta não apenas as lutas sociais-incluindo guerras e guerras civis-, mas também as revoluções tecnológicas. Ele nega, assim, o fundamento da crise na tendência da queda da taxa de lucro, com a qual a acumulação acelerada é acompanhada. Em sua tentativa de explicar as ondas ciclicamente estruturadas da acumulação de capital, a teoria de Mandel de ondas longas ignora as razões inerentes ao capital para a superacumulação estrutural do capital e as crises.

CONCLUSÕES

As teorias da crise discutidas transformam a crise do capital, que é realizada nas costas dos trabalhadores assalariados, em uma crise do capitalismo. Nas teorias do colapso, prevê-se uma auto-eliminação definitiva

do capitalismo, que alimenta a consciência da catástrofe e do acaso dos homens, mas renuncia explicitamente à intervenção prática em eventos político-econômicos. O conto de fadas do fim previsto do capitalismo é a inversão histórico-filosófica da doutrina do capitalismo como o bom fim da história. Essa filosofia negativa da história também tem tons religiosos. Ela é uma versão apocalíptica da escatologia, ou seja, a escatologia negativa de um fim do mundo. Assim, acontece com os marxistas que eles colocam as vestimentas das Testemunhas de Jeová. Devido a múltiplas previsões errôneas, os teóricos marxistas do colapso recusam-se a dar uma data exata para a queda do capitalismo, assim como as Testemunhas de Jeová abstêm-se de dar uma data exata para a vinda do Reino de Deus.

Referencias bibliográficas

- Altwater, E. (2010). Der große Krach oder die Jahrhundertkrise von Wirtschaft und Finanzen, von Politik und Natur. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- Decker, P., Hecker, K., Patrick, J. (2016). Das Finanzkapital. München: Gegenstandspunkt-Verlag.
- Grespan, J.(2012). O negativo do capital. 2º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- Grespan, J.(2019). Marx e a critica do modo de representação capitalista. São Paulo: Boitempo, 2019.
- Grespan, J.(2020). História e Historiografia da crise. In: Revista História (1979).Sao Paulo, 1-23.
- Grossmann, H. (1929): Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems, Frankfurt a. M. 1970.
- Harvey, D.(2014). Para entender O Capital. Livros II e III. Tadução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- Heinrich, M. (1995). Gibt es eine Marxsche Krisentheorie? In: H. ROLF u.a. (Orgs.). Beiträge zur Marx-Engels-Forschung. Neue Folge. Berlin: Argument , 130-150.
- Iber, C. (2005). Grundzüge der Marx'schen Kapitalismustheorie. Sozialphilosophische Studien Bd. 9, hrsg. vom Christian-Jacob-Kraus-Institut für Wirtschafts- und Sozialphilosophie der Fernuniversität Hagen durch Kurt Röttgers. Berlin: Parerga .
- Iber, C. (2013). Elementos da Teoria Marxiana do Capitalismo. Um comentário sobre o livro I de O Capital de Karl Marx [recurso eletrônico pdf]. Porto Alegre, RS: Editora Fi; EDIPUCRS, 595.
- Iber, C. (2022). O que a crise financeira (2007s.) revela sobre o papel do capital financeiro no capitalismo. In: item. Marx & Hegel e a teoria marxiana do capitalismo. Porto Alegre: Editora Fi (inédito), 148-166.
- Kaufmann, S., Stützle, I. (2015). Kapitalismus: Die ersten 200 Jahre. Thomas Pikettys, Das Kapital im 21. Jahrhundert“ – Einführung, Debatte, Kritik. Kritik & Krise I. Berlin: Bertz + Fischer.
- Kaufmann, S. ,A. Muzzupappa.(2020). Crash Kurs Krise. Wie die Finanzmärkte funktionieren. Eine kritische Einführung. Berlin: Bertz + Fischer.
- Kondratieff, N. (1970). Die langen Wellen der Konjunktur, in: Die langen Wellen der Konjunktur, Berlin .
- Krätke, M. (1998). Kapitalismus und Krisen. Geschichte und Theorien der zyklischen Krisen in Marx' ökonomische Studien 157/58. In: Hecker, Rolf u.a. (Orgs). Beiträge zur Marx-Engels-Forschung. Neue Folge. Berlin: Argument, 5-45.
- Krüger, S. (2023). Der deutsche Kapitalismus 1950-2013. Beschäftigung, Zyklus, Mehrwert, Profitrate, Kredit, Weltmarkt. Hamburg: VS-Verlag 2023.
- Lueer, H. (2009). Der Grund der Finanzkrise. Münster: Edition Octopus.
- Luxemburg, R. (1913): Die Akkumulation des Kapitals. Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus. Berlin 1913. In: R. Luxemburg. Gesammelte Werke Bd.5. Ökonomische Schriften. Berlin: Diez Verlag: 1981, S. 35-411.
- Mandel, E. (1974).Der Spätkapitalismus. Versuch einer Marxistischen Erklärung, Frankfurt a. M.
- Marx, K. (1983). Das Kapital, Livro 3. In: Marx-Engels-Werke (= MEW), Berlin 1983, (25).
- Ricardo, D. (1817): Die Grundsätze der politischen Ökonomie und der Besteuerung [1817], hg. von F. Neumark, Frankfurt a. M. 1972.
- Roscher, W. (1918): Die Grundlagen der Nationalökonomie. Ein Hand- und Lesebuch für Geschäftsmänner und Studierende, 25. Aufl. Stuttgart/Berlin.
- Tugan, M. (1894). Studien zur Theorie und Geschichte der Handelskrisen in England. Jena 1901.
- Žižek, S. (2015). Ärger im Paradies. Vom Ende der Geschichte zum Ende des Kapitalismus Problemas no Paraíso. Desde o fim da história até o fim do capitalismo, Frankfurt am Main: S. Fischer.
- origem a este texto: Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS) e Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin (PUCRS).

Declaración de conflictos de intereses: El autor declara no tener conflictos de interés.”

Declaración de contribución de los autores/as utilizando la Taxonomía CRediT:

Por meio deste, eu, Christian Iber, sou o autor do manuscrito que se apresenta para possível publicação na Revista Santiago. Revista cubana de divulgação da ciência e cultura universal, plataforma científica da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Oriente, Santiago de Cuba, Cuba.

Que este artigo é original e inédito, o conteúdo é produto de nossa contribuição direta

Declaración de aprobación por el Comité de Ética: El autor declara que la investigación fue aprobada por el Comité de Ética de la institución responsable, en tanto la misma implicó a seres humanos.”

Declaración de originalidad del manuscrito: Que este artículo es original e inédito, los contenidos son producto de nuestra contribución directa y el trabajo no está siendo ni será postulado de manera paralela para su posible publicación en otro medio